

INTERLOCUÇÃO PERMANENTE

Suplementação orçamentária garante pagamento de direitos

Ricardo Barbosa



Deputados estaduais votam suplementação orçamentária ao TJMG

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebe, neste mês, suplementação orçamentária de R\$ 152,87 milhões, após aprovação do projeto de lei 4.601/2013 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e sanção do governador do Estado em apenas 40 dias. A tramitação em tempo recorde é resultado da permanente interlocução da Amagis com

os Poderes Legislativo e Executivo, em parceria com a direção do Tribunal. Do recurso, R\$ 29 milhões serão aplicados nas despesas com o pessoal e encargos pessoais, entre os quais direitos trabalhistas de magistrados; R\$ 39,8 milhões para outras despesas correntes e R\$ 84 milhões para inversões financeiras.

Página 3

JUSTIÇA ESTADUAL

Dirigentes se opõem à PEC que altera Justiça Eleitoral

Georgia Bacvaroff



Ministra Cármen Lúcia e Herbert Carneiro

Os presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país se reuniram na Amagis, no dia 8 de novembro, quando aprovaram a “Carta de Belo Horizonte”, na qual se posicionaram contrários à PEC 31, que altera a composição da Justiça Eleitoral brasileira para ampliar a participação da Justiça Federal.

Página 6

Juiz mineiro conquista Prêmio Innovare - **Página 9**

Innovare



Ministro Barroso e Thiago Colnago

Amagis e Dom Helder realizarão pesquisa com magistrados
Página 4

Redação final da LODJ é publicada no Diário do Judiciário
Página 4

Democratização permitirá eleição de presidente com perfil de gestão

HERBERT CARNEIRO*

No momento em que cresce, em todo o país, a tese das eleições diretas para escolha da direção dos tribunais, com ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores e inclusão do voto dos juízes, surgem críticas ao novo modelo e propostas de restrições. Em primeiro lugar, já está madura a convicção de que o atual modelo se esgotou, exatamente por ser restritivo e por ignorar outros critérios mais fundamentais à gestão do que tão somente a antiguidade.

Apesar de ser tradição nos tribunais, esse critério deve ser superado, principalmente pelas distorções sofridas. Isso não é salutar para a carreira, para o Poder e, muito menos, à sociedade. Em São Paulo, esse avanço foi aprovado e mantido, liminarmente, pelo STF, com a possibilidade de votação e eleição para a chefia do Poder de todos os desembargadores que integram o Pleno.

Sem desprezar a experiência, tão importante quanto ela são a eficiência, o conhecimento e o estudo que o desembargador faz para melhorar e se preparar para lidar com a administração pública. Na democratização que vislumbramos, é muito importante a possibilidade de todos poderem se candidatar e essas mesmas autoridades poderem escolher o melhor, pautado na competência com efeitos para o funcionamento célere da Justiça. Os tribunais, via de regra, carecem de um debate aprofundado sobre o planejamento estratégico, gestão qualificada e bons resultados para a administração.

Como todo o país, os Tribunais de Justiça passam por enormes transformações ditadas pelos novos tempos, em termos de administração pública, que requerem e cobram mais transparência, mais eficiência e mais conhecimento com relação à própria gestão, além de interlocução e comunicação permanentes com a sociedade, que não pode ter dúvidas sobre o que necessariamente deve ser feito.

Embora atrasada e seguidamente adiada, a democratização do Judiciário é um caminho sem volta, a exemplo da criação das diversas comissões que tratam dos mais variados assuntos (organização judiciária, regimento, administração, orçamento etc) no âmbito dos tribunais. É, no mínimo,

prudente e recomendável que o eventual candidato a presidente tenha tido a experiência haurida na atuação nessas comissões. Outra experiência de fundamental importância é a participação no Órgão Especial, onde são tratados e decididos os grandes desafios administrativos e judiciários do Tribunal.

Será de grande valia também o conhecimento mais aprofundado em gestão, por meio de entidades e instituições especializadas como a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação João Pinheiro, onde o magistrado terá oportunidade de assimilar técnicas de administração e de gestão pública. Coroadando esse conjunto de qualidades, a capacidade e a disposição de relacionamento político junto aos outros Poderes e diversas instituições do Estado e em Brasília. E ainda, ter aptidão política e determinação para o trânsito no STF, CNJ e no Congresso Nacional.

São situações que, a nosso modesto juízo, darão ao candidato, sintonizado com os novos tempos, as credenciais de estar preparado para ser presidente e representar avanço concreto ao aprimoramento do Judiciário mineiro.

Tão importante quanto isso é o projeto de gestão, enquanto resultado de intensa interlocução com

as comarcas mais longínquas e conhecimento da realidade de cada região. O coração que pulsa no Judiciário é a 1ª instância, por isso, é fundamental conhecer as dificuldades enfrentadas pelos juízes e, mais ainda, ter disposição e diálogo para debater com eles os problemas e soluções para melhorar as condições de trabalho e de segurança e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional. Só através da escolha de projetos de gestão é que o Poder Judiciário investirá no adequado aparelhamento das varas, juízos e juizados.

Na consolidação da bandeira histórica da democratização e aperfeiçoamento do Judiciário, destacamos a histórica presença e a manifestação da magistratura mineira na eleição do juiz gaúcho João Ricardo dos Santos Costa para dirigir os destinos da magistratura nacional na maior Associação de magistrados das Américas. Além do aperfeiçoamento do Judiciário, somaremos forças para o resgate da dignidade e valorização do magistrado. ●

(*) Presidente da Amagis

“Sem desprezar a experiência, tão importante quanto ela são a eficiência, o conhecimento e o preparo para a gestão”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:

Juíz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:

Juíz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:

Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente

Sócio-cultural-Esportivo:

Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:

Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:

Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.500 exemplares

ÍNDICE

Suplementação
orçamentária garante
recursos ao TJMG

3

- » Suplementação orçamentária garante recursos ao TJMG 03
- » Redação final é publicada no Diário do Judiciário Eletrônico 04
- » Juízes de Contagem e Amagis realizam ato de desagravo 05
- » Colégio de presidentes dos TREs se opõe à PEC 31 06
- » Mobilização pela nova LODJ começa por Pouso Alegre 07
- » Juiz ganha prêmio Innovare por prática de cidadania prisional 09
- » Produção científica contribui para avanço na carreira 10
- » Código dos serviços cartoriais entra em vigor 11

- » Herculano assume o Governo de Minas 12
- » Eleição da AMB teve peso decisivo de Minas 13
- » Memória do Judiciário completa 25 anos 14
- » Colônias de Férias são opção de lazer e conforto 17
- » Tesouro Direto permite aplicações de baixo valor 20
- » Filarmônica de MG abre assinaturas para 2014 21
- » Prevenção é fundamental contra o câncer 23
- » Pedido indiscriminado pode afetar a saúde 24

Redação final é
publicada no Diário do
Judiciário Eletrônico

4

Juízes de
Contagem e
Amagis realizam
ato de desagravo

5

Colégio de
presidentes dos
TREs se opõe à
PEC 31

6

PROJETO DE LEI

Suplementação orçamentária garante recursos ao TJMG

Por meio da permanente interlocução da Amagis com o Legislativo mineiro, o projeto de lei 4.601/2013, que garantiu ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais a suplementação de R\$ 152,87 milhões, teve aprovação recorde. Entre a apresentação, no dia 14 de outubro, e sua aprovação, no dia 14 de novembro, foram apenas 30 dias de tramitação e votação, nas quais os deputados estaduais aprovaram a matéria na íntegra e na forma original. No dia 26 de novembro, o governador Antonio Anastasia sancionou a nova lei.

Do total desse recurso, R\$ 29 milhões serão aplicados nas despesas com o pessoal e encargos pessoais, entre os quais direitos trabalhistas de magistrados; R\$ 39,8 milhões para outras despesas financeiras. Desde o envio do projeto para a Assembleia Legislativa à sanção do governador, a Amagis e o TJMG, realizaram intensas gestões junto aos parlamentares para garantir a aprovação da lei 4.601/2013.

Segundo o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, a rapidez na tramitação da proposta só foi possível devido ao empenho da direção da Associação em parceria com o Tribunal de Justiça, representado pelo seu presidente, de-

sembargador Joaquim Herculano.

No dia 4 de novembro, Herbert Carneiro, acompanhado do ex-presidente Nelson Missias de Moraes e do presidente do TJ, Joaquim Herculano Rodrigues, reuniu-se com o presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, para discutir a tramitação do projeto.

No encontro, os magistrados defenderam o teor do projeto e a celeridade na tramitação. Também participaram da reunião os deputados Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e Ivair Nogueira, que, convencidos da importância da proposta, se posicionaram pela necessidade de aprovação imediata do PL.

DIREITOS TRABALHISTAS

O projeto e as negociações da Amagis junto ao TJMG tiveram início após a mobilização dos magistrados mineiros na histórica assembleia do dia 9 de agosto, quando foram aprovadas reivindicações da classe, entregues pelo presidente Herbert Carneiro em reunião realizada no dia 19 de agosto.

Com a sanção do projeto de lei pelo governador, no último dia 26 de novembro, o Tribunal de Justiça deverá equacionar o pagamento de direitos trabalhistas aos magistrados. •

Ricardo Barbosa



Deputados discutem projeto da suplementação orçamentária no plenário



MINAS GERAIS

VENDA AVULSA: CADERNO I: R\$1,00 • CADERNO II: R\$0,50 • CADERNO III: R\$1,00

CIRCULA EM TODOS OS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DO ESTADO ANO 121 - Nº 221 - 88 PÁGINAS BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2013

www.iof.mg.gov.br

CADERNO 1 – DIÁRIO DO EXECUTIVO

SUMÁRIO	
DIÁRIO DO EXECUTIVO.....	1
Governos do Estado.....	1
Secretaria de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais.....	13
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.....	14
Secretaria de Estado de Fazenda.....	18
Secretaria de Estado de Defesa Social.....	20
Secretaria de Estado de Saúde.....	25
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.....	25
Secretaria de Estado de Educação.....	26
Secretaria de Estado de Cultura.....	33
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Superior.....	33
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.....	33
Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.....	34
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.....	35
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	35
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.....	35
Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana.....	56
Secretaria de Estado Extraordinária de Regularização Fundiária.....	56
Advocacia-Geral do Estado.....	56
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.....	56
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.....	57
Ovidena-Geral do Estado.....	57
Edições e Avulsos.....	77

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governos do Estado

Governador: ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Leis e Decretos

LEI Nº 20.994, de 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, no valor de R\$1.818.916,53 (cento e cinquenta e dois milhões e noventa e seis mil novecentos e sessenta e seis reais), para atender a:

I – despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais);

II – outras despesas correntes, no valor de R\$39.818.916,53 (trinta e nove milhões e oitocentos e dezesseis mil novecentos e sessenta e seis reais);

III – investimentos financeiros, no valor de R\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais);

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

II – da anulação da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$3.550.000,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais);

III – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

IV – do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do TJMG, no valor de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

V – da anulação da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais de RPPS do TJMG, no valor de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

VI – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS do TJMG, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

VII – do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

VIII – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$3.815.166,53 (três milhões e oitocentos e quinze mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos);

IX – do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

X – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos da Fiscalização Judicial do TJMG, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

XI – do saldo financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do

Estado em favor do TJMG, no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender a outras despesas correntes.

Art. 4º Para atender ao disposto no art. 3º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPPJ –, criado pela Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, no valor de R\$438.536.044,13 (quatrocentos e trinta e oito milhões e quinhentos e trinta e seis mil quatrocentos e quatro reais e treze centavos), para atender a:

I – outras despesas correntes, no valor de R\$330.600.628,54 (trezentos e trinta milhões e seiscentos mil secentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

II – investimentos, no valor de R\$107.935.415,59 (cento e sete milhões novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos);

III – construção, reforma e aquisição de Unidades Prediais do Tribunal de Justiça (2.117);

IV – Manutenção e Aprimoramento dos Juizados Especiais (4.117);

III – Processamento Judicial de 1ª e 2ª Instâncias e Ações de Comunicação Institucional (4.224);

IV – Diligências Judiciais em Feitos Amparados pela Justiça Gratuita e pela Administração Direta do Estado (4.601);

V – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Continuo de Pessoas (2.109);

VI – Auxílio-Alimentação, Auxílio-Creche e Outros Auxílios (2.111);

Art. 6º Para atender ao disposto no art. 5º, serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$6.349.123,63 (seis milhões trezentos e quarenta e nove mil cento e vinte e dois reais e sessenta e três centavos);

II – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos de Convênios com a União e suas Entidades do TJMG, no valor de R\$133.914,28 (cento e trinta e três mil novecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos);

III – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no valor de R\$17.993,97 (dezenove mil novecentos e noventa e três reais e novecentos e setenta e sete centavos);

IV – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$97.477.635,97 (noventa e sete milhões quatrocentos e setenta e sete mil secentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos);

V – do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$1.700.000,00 (dezenove milhões de reais);

VI – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Diretamente Arrecadados do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, no valor de R\$91.000,00 (noventa e um mil reais);

VII – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Diretamente Arrecadados do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, no valor de R\$712.971,10 (setecentos e doze mil novecentos e setenta e um reais e dez centavos);

VIII – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos de Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os municípios, as instituições privadas e os organismos do exterior do TJMG, no valor de R\$7.296,12 (sete mil e noventa e seis reais e doze centavos);

IX – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos de Acordos e Ajustes de Cooperação Mútua com a União e suas Entidades do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$56.904,92 (cinquenta e seis mil novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos);

X – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos das Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais do TJMG, no valor de R\$170.513.787,55 (cento e setenta e sete milhões e treze mil secentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos);

XI – da anulação da dotação orçamentária de investimentos de Recursos de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$46.678.221,72 (quarenta e seis milhões e seiscentos e setenta e oito mil duzentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos);

XII – do Instituto da Dotação Orçamentária de investimentos de Recursos da Alienação de Bens de Entidades Estaduais do TJMG, no valor de R\$55.100,00 (cinquenta e cinco mil e cem reais);

XIII – da anulação da dotação orçamentária de investimentos de Recursos das Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais do TJMG, no valor de R\$39.602.093,87 (trinta e nove milhões e seiscentos e dois mil noventa e três reais e oitenta e sete centavos);

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAO – 2012-2015, as alterações decorrentes da criação das dotações orçamentárias vinculadas ao FEPPJ, de que trata o parágrafo único do art. 5º.

Art. 8º A aplicação desta Lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Danielo de Castro
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Danielo de Castro
Marceli Cossi Simões Pres
Renata Maria Paes de Vilhena

LEI Nº 20.995, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Declara de utilidade pública a Associação Científica e Cultural de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seus representantes, decreto e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, no valor de R\$1.818.916,53 (cento e cinquenta e dois milhões e noventa e seis mil novecentos e sessenta e seis reais), para atender a:

I – despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais);

II – outras despesas correntes, no valor de R\$39.818.916,53 (trinta e nove milhões e oitocentos e dezesseis mil novecentos e sessenta e seis reais);

III – investimentos financeiros, no valor de R\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais);

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

II – da anulação da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$3.550.000,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais);

III – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

IV – do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do TJMG, no valor de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

V – da anulação da dotação orçamentária de pessoal e encargos sociais de RPPS do TJMG, no valor de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

VI – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS do TJMG, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

VII – do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS do TJMG, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

VIII – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$3.815.166,53 (três milhões e oitocentos e quinze mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos);

IX – do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, no valor de R\$2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais);

X – da anulação da dotação orçamentária de outras despesas correntes de Recursos da Fiscalização Judicial do TJMG, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

XI – do saldo financeiro de Recursos Diretamente Arrecadados do TJMG, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do

NOVA LODJ

Redação final é publicada no Diário do Judiciário Eletrônico

Adriano Boaventura



Órgão Especial aprovou diversas emendas da Amagis

O anteprojeto que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que regula a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado, foi publicado no dia 22 de novembro no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe) do TJMG, depois de ter a redação final, de relatoria do desembargador Afrânio Vilela, aprovada pelo Órgão Especial.

Por dois dias, 25 e 26 de novembro, os magistrados puderam apresentar emendas ao texto, que será reavaliado pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do TJMG, e retorna, posteriormente, ao Órgão Especial para aprovação, agora com relatoria do desembargador Versiani Pena. A previsão é que o texto seja apreciado pelo Órgão até o dia 11 de dezembro, quando seus membros reúnem-se pela última vez, antes do regresso do Judiciário.

Depois de aprovado pelos desembargadores, o anteprojeto segue para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais para tra-

mitação e votação e, posteriormente, para sanção do governador.

AVANÇOS

Com apoio do ex-presidente da Amagis, Nelson Missias de Moraes, e de toda a diretoria da Associação, o presidente Herbert Carneiro emvidou esforços para que a revisão da LODJ trouxesse avanços para a classe e por uma justiça cada vez mais célere e eficiente.

Entre as emendas apresentadas pela Associação e aprovadas pelo Órgão Especial estão: a convocação de juízes para substituir desembargadores no caso de afastamento por mais de trinta dias; a inclusão de defensores públicos e procuradores de justiça nas sustentações orais em sessões de julgamento do Tribunal de Justiça; a designação de, no mínimo, três juízes em cooperação para atuar em vara ou comarca em que for constatada ameaça a juiz titular; gratificação mensal, destinada a todos os diretores de foro, pelo exercício da direção

do foro, independentemente da quantidade de varas instaladas.

E mais: estão a compensação ou indenização por conta de plantão, recebimento de diárias e pagamento de despesas de transportes e direito a um subsídio quando o juiz for removido ou promovido para outra comarca. Além disso, ao servidor público cônjuge de magistrado designado, removido ou promovido, será permitido acompanhar este, com lotação provisória na comarca, para o exercício de atividade compatível com o seu cargo. Os magistrados ainda terão direito ao auxílio-saúde, a meio subsídio anual para a aquisição de livros técnicos e a gratificação mensal pelo trabalho como membro da turma recursal.

A última revisão ocorreu em 2008, com base na Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto daquele ano, sendo possível, agora, apresentar proposta de modificação, após vencido o intervalo bienal contido no citado mandamento constitucional. ●

PARCERIA

Juízes avaliarão Judiciário mineiro

Magistrados de todo o Estado poderão, na primeira semana de fevereiro de 2014, participar, pela internet, de uma pesquisa sobre a atual realidade do Judiciário mineiro. A Comissão da Amagis, responsável pelo convênio com a Escola Superior Dom Helder Câmara, e professores da instituição de ensino assinaram contrato, no dia 28 de novembro, com o objetivo de fazer essa avaliação, visando o aperfeiçoamento de seu trabalho, de sua carreira e da prestação jurisdicional.

A pesquisa será em forma de questionário, encaminhado aos magistrados, com o objetivo de saber o que eles pensam so-

bre diversos temas, como eleições diretas para o Tribunal, orçamento, especializações e aperfeiçoamento na carreira do magistrado, buscando assim fazer uma radiografia atual do Judiciário mineiro. Para participar, basta o magistrado manter atualizado seus dados (endereço eletrônico) junto à Amagis.

O presidente da Comissão, desembargador Newton Teixeira, destacou que o objetivo é envolver o magistrado na construção de um novo Judiciário, quando ele poderá expor suas reivindicações, problemas e necessidades, que serão futuramente encaminhadas pela Comissão aos órgãos competentes. ●

Tiago Parrela



Magistrados e membros da Dom Helder

INDEPENDÊNCIA

Juízes de Contagem e Amagis realizam ato de desagravo

Em defesa da independência de julgar, e por solidariedade, os juízes de Contagem e a diretoria da Amagis realizaram, no dia 28 de novembro, no Fórum da Comarca, ato de desagravo ao juiz André Luiz Tonello de Almeida, da 4ª Vara Cível. O magistrado estava sendo alvo de graves ofensas veiculadas, pela internet, na página denominada "Ocupação Willian Rosa".

Durante o ato, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, leu nota da Associação, divulgada no dia 19 novembro, na qual destaca que André Tonello é um juiz sério, dedicado, cumpridor das leis e que sempre atuou com honradez e competência. Herbert Carneiro repudiou as críticas injustas e os ataques ofensivos à honra do colega, reiterando o compromisso da Amagis com a independência dos magistrados. "Só teremos um Judiciário forte com magistrados independentes", afirmou.

Autor da iniciativa, o diretor do Foro de Contagem, juiz Wagner Cavalieri, afirmou que a magistratura não pode admitir que uma decisão judicial seja motivo de ataques à honra do juiz e sua independência de julgar. "O dr. André não está sozinho. A sociedade de Contagem está com ele", disse Cavalieri, referindo-se à presença de representantes da Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar e servidores da Justiça.

Na avaliação do promotor de Justiça Fernan-

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro (c) destacou a seriedade do trabalho do magistrado



Ato contou com a participação de diversas entidades

do Augusto, as ofensas ao magistrado são ataques ao próprio Poder Judiciário. De acordo com ele, o Ministério Público de Contagem tem total confiança no juiz André Tonello e nos magistrados da comarca.

André Tonello considerou o ato indispensável e de grande valia, porque o fortalece para trabalhar pela Justiça e por um mundo melhor. O magistrado se disse pron-

to para enfrentar as adversidades. "Esse apoio é vital para me ajudar a continuar a desempenhar minhas funções com naturalidade", concluiu.

Também no dia 19 de novembro, a Amagis divulgou nota à imprensa informando que o juiz Guilherme de Azeredo Passos, da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Belo Horizonte, magistrado com 17 anos de judicatura, sempre

atuando de maneira independente, digna e correta, não foi à Polícia Federal e nem esteve à procura de mandados de prisão dos réus condenados na Ação Penal 470, ao contrário do que noticiou o jornal "Estado de Minas", no dia 17 de novembro. "Pela simples razão de que ambas as atividades não são funções nem competência de um magistrado", disse a nota. ●

JUIZ AGRADECE A ATUAÇÃO DA AMAGIS

O juiz Eduardo Valle Botti, da 4ª Vara Cível de Juiz de Fora, na Zona da Mata, enviou mensagem de agradecimento ao presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, pela presença dele e intensa atuação da Associação, no dia 13 de novembro, no Órgão Especial do TJMG, durante julgamento de procedimento judicial. "Tomada a liberdade de escrever a V.Exa., tal se deu para externar agradecimentos, dizer que terá sido de grande peso V. empenho naquele julgamento, atos tais injetam ânimo à magistratura, nos fazem todos melhores", disse o magistrado, acentuando que "os fatos, o processo, parece, já são do passado, mas V. atitude não será esquecida por este juiz de Direito e sua família". ●

ATUALIZE SEUS DADOS

Para que a comunicação da Amagis seja cada vez mais eficiente, é importante que os associados mantenham seus dados atualizados. Entre em contato pelo telefone (31) 3079-3499 e informe mudanças de endereço, telefone e e-mail. ●

ENCONTRO

Colégio de Presidentes dos TREs se opõe à PEC 31

Durante o 61º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizado na sede da Amagis, no dia 8 de novembro, os presidentes dos Tribunais aprovaram a “Carta de Belo Horizonte”, na qual se posicionam contrários à PEC 31, que altera a composição da Justiça Eleitoral brasileira para ampliar a participação da Justiça Federal.

Para os presidentes dos Tribunais, a atual estrutura da Justiça Eleitoral tem garantido, ao longo dos anos, a excelência da prestação jurisdicional da instituição aos cidadãos e à democracia no país. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, divulgou, em setembro, nota oficial na qual a Associação criticava a PEC 31 por promover o distanciamento da Justiça Eleitoral. “A competência da Justiça Federal é restrita e não permite a presença de juízes federais nas pequenas cidades que são a maioria dos 5.569 municípios brasileiros”, afirmou Herbert Carneiro.

E após firme reação das Associações estaduais de magistrados, em Brasília, no dia 11 do mesmo mês, a votação da PEC 31 foi adiada. Após muito diálogo, do qual participou o presidente da Amagis, os senadores avaliaram que é preciso mais prazo para a avaliação da proposta.

BIOMETRIA

A ministra do STF, Cármen Lúcia, participou da abertura do en-

contro e apresentou um balanço da sua gestão no TSE, encerrada no dia 19 de novembro. Ela destacou os avanços da biometria no país, considerado um “projeto de Estado” e disse que, em 2014, cerca de 22 milhões de brasileiros serão identificados na próxima eleição pelo sistema biométrico.

Na ocasião, o então presidente do TRE-MG, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, apresentou iniciativa do Tribunal mineiro, como o “TRE Aqui”, um posto de atendimento itinerante, instalado em um ônibus, que tem facilitado o recadastramento biométrico dos eleitores de Minas Gerais.

OUVIDORIA

Ainda em novembro, nos dias 28 e 29, a Amagis foi sede da 4ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral. Durante o encontro, o juiz Maurício Pinto Ferreira foi eleito o novo presidente do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral.

A reunião contou com a participação do professor Gustavo Costa Nassif, presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, cuja palestra abordou o “Controle Social e Transparência Pública”, e Fábio Caldeira de Castro e Silva, Ouvidor-Geral de Minas Gerais, que falou sobre a Rede Ouvir, e o promotor Édson Rezende, coordenador eleitoral do Ministério Público Estadual, que abordou a reforma eleitoral e a transparência. ●

Adriano Boaventura



Cármen Lúcia participa de último ato no comando do TSE

RECONHECIMENTO

Amagis presta homenagem à ministra Cármen Lúcia

Georgia Bayvaroff



Ministra exhibe homenagem da Amagis

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, foi homenageada pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, com uma placa condecorativa para marcar seu mandato no TSE, que se encerrou no dia 19 de de-

zembro, com o seguinte registro: “A Amagis homenageia e reconhece a brilhante trajetória, competência e dedicação da honrada magistrada, ministra e presidente do Tribunal Superior Eleitoral que, além de engrandecer a democracia, dignifica Minas e o Brasil”,

Em seu discurso, Herbert Carneiro destacou a trajetória de Cármen Lúcia no TSE e no STF, onde exerceu democracia, fez e faz história. “E isso é motivo de orgulho para nós mineiros”, afirmou. A ministra agradeceu a presença de todos e destacou que muito se orgulha em ser mineira e receber a homenagem da Associação.

Em seguida, ela participou de almoço no Parque Esportivo da Associação dos Magistrados Mineiros, que contou com a presença de Herbert Carneiro, membros da diretoria da Amagis e do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Joaquim Herculano. ●

INTERIORIZAÇÃO

Mobilização pela nova LODJ começa por Pouso Alegre

Com o objetivo de garantir a ampla participação da magistratura nas discussões de interesse da classe, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, acompanhado da vice-presidente Administrativa, Luzia Peixoto, reuniu-se com os juizes de Pouso Alegre e região, no Sul de Minas, no dia 12 de novembro, para discutir as propostas de reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

O anteprojeto, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, referente à Organização e Divisão Judiciárias do Estado, foi publicado no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe) no dia 22 de novembro. Depois de revisadas pela Comissão da LODJ e pelo Órgão Especial, as propostas seguem para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Entre as conquistas da Amagis, estão a compensação ou indenização por conta de plantão, recebimento de diárias e pagamento de despesas de transportes e direito a um subsídio quando o juiz for removido ou promovido para outra comarca. Tão logo o projeto chegue à ALMG, a diretoria da Amagis entrará em ação para defender a aprovação das propostas de interesse da magistratura.

PRESTANDO CONTAS

O presidente da Amagis conversou ainda com os colegas so-

Adriano Boaventura



Magistrados de Pouso Alegre e região reúnem-se com diretores da Amagis

bre o PL 4.601/2013, sancionado pelo governador no dia 26 de novembro, e que garantiu suplementação orçamentária de R\$ 152,87 milhões ao TJMG, a conquista da suspensão imediata da cobrança de imposto de renda sobre o terço de férias da magistratura mineira, no dia 10 de outubro, e a regulamentação da implantação dos cargos de assessores de juiz e funções de confiança, publicada no DJe no dia 30 de outubro.

Na avaliação de Herbert Carneiro, a reunião com os juizes foi bastante produtiva e participativa. Ele pediu o empenho de todos junto aos deputados estaduais da região no sentido de aprovarem, na Assembleia Legislativa, as propostas que tratam dos interesses da magistratura mineira. •

SISTEMA PRISIONAL

Herbert Carneiro defende participação dos municípios

Amagis



Presidente da Amagis palestra em Passa Tempo

O presidente da Amagis e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Herbert Carneiro, participou, no dia 5 de novembro, do 2º Seminário de Direito Penal e Democracia, realizado pela Universidade Federal

do Pará, em Belém. O objetivo do evento foi discutir a inclusão social de pessoas submetidas a medidas de segurança.

O magistrado avaliou ainda as políticas públicas da área de saúde mental, movimento antimanicomial,

reforma psiquiátrica e a desconstrução de mitos que envolvem o “louco infrator” e sua internação. O magistrado destacou também o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (Pai-PJ), do TJMG.

No dia 8 de novembro, em Passa Tempo, Centro-Oeste de Minas, Herbert Carneiro falou, durante o “VII Encontro Jurídico”, sobre a importância da participação dos municípios nas questões da segurança pública, especialmente sobre o sistema penitenciário, por meio da adoção de alternativas bem-sucedidas como a das Apacs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). •

Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

MagisCultura

Mineira



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Setembro de 2009



Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto, poesia ou resenha de livro deve ter, no máximo, 10 mil caracteres.

MagisCultura
Mineira

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS
55 anos de história

Envie o texto para:
magiscultura@amagis.com.br

NOVA METODOLOGIA

Juiz mineiro ganha prêmio Innovare por prática de cidadania prisional

Innovare



Ministro Barroso entregou o prêmio ao juiz Thiago Colnago

Agilizar o julgamento dos presos próximos ao fim do cumprimento da pena. Esse é o objetivo da iniciativa do juiz Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Governador

Valadares, no Vale do Rio Doce, ganhador do Prêmio Innovare de 2013, na categoria juiz. O prêmio foi entregue no dia 28 de novembro, em cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal.

A inovação da prática de cidadania prisional consiste em uma mudança no método de julgamento, possibilitando que o Judiciário se antecipe e agende a audiência para a liberação do preso no dia

exato previsto no extrato de penas. A nova metodologia concentra todos os atos que antecedem a apreciação dos benefícios e sua realização, eliminando todo o tempo de paralisação do processo, ao solucionar

prontamente qualquer incidente de falta grave prejudicial ao julgamento do benefício, eliminando o risco de retardo na apreciação de vantagem prisional.

Com a prática, a atuação do magistrado da Vara de Execuções Penais assume protagonismo no problema da superpopulação carcerária, contribuindo na ressocialização do apenado, na medida em que os sentenciados constatarem que há termo final para a obtenção dos benefícios de redução de pena.

O prêmio foi entregue ao juiz Thiago Colnago pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso. O vice-presidente Legislativo eleito da AMB, desembargador Nelson Missias, e o diretor-presidente eleito da Escola Nacional da Magistratura, juiz Marcelo Piragibe, participaram da solenidade de entrega. •

– MINIENTREVISTA >> JUIZ THIAGO COLNAGO CABRAL

Innovare



Qual a inovação da metodologia?

A principal mudança proposta é a modificação da chamada “lógica do

sistema de execução penal”. Com a nova prática, os sujeitos processuais deixam de utilizar os sistemas gerenciais para identificar processos com benefícios vencidos, passando a se valer das informações disponíveis com o objetivo de assegurar que – organizando a pauta de audiências – o julgamento e eventual obtenção de benefícios sejam promovidos exatamente na data

em que o sentenciado cumprirá parcela mínima da pena exigida para sua implementação.

Quais as vantagens alcançadas com essa metodologia?

O encerramento completo dos casos por lapso superior ao legal, aumento da disciplina carcerária a partir do incentivo ao bom comportamento, já que os sentenciados constatarem que há termo final para a

obtenção do benefício, redução dos atos processuais e redução efetiva e célere da superpopulação carcerária, tendo como consequência a redução de despesas com recursos públicos.

Com a nova prática, como a atuação do magistrado repercute na sociedade?

Com a nova metodologia, a atuação do magistrado da Vara de Execuções Penais assume

papel relevante no tratamento de um dos importantes problemas do poder público, a superpopulação carcerária. Além de contribuir para a ressocialização por estimular o aumento da disciplina carcerária, a prática reduz substancialmente o risco de encarceramento indevido por lapso superior ao designado em lei, reforçando os direitos humanos dos sentenciados. •

AMAGIS JURÍDICA

Produção científica contribui para avanço na carreira

Adriano Boaventura



Conselheiros da Revista Amagis Jurídica discutem próxima edição

Com a participação de novos integrantes, o Conselho Editorial da Revista Amagis Jurídica reuniu-se na Associação, no dia 7 de novembro, para avaliar as últimas publicações e planejar a próxima edição, que já está na fase final de produção do próximo número.

Na abertura da reunião, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e o diretor da revista, juiz Gilson Lemes, destacaram a qualidade da publicação, que, a cada edição, tem conquistado mais espaço e credibilidade no meio jurídico-acadêmico.

Os conselheiros foram unânimes ao ressaltar a importância da formação e produção científica dos magistrados, cada dia mais valorizada com os títulos de mestrado

e doutorado, contribuindo para a carreira, contando, inclusive, com pontos para promoção. Os interessados em enviar artigos para a revista podem enviar um e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para o telefone (31) 3079-3453 e se informar sobre os prazos e normas para a publicação.

MAGISCULTURA

O Conselho Editorial da revista MagisCultura, cuja 10ª edição celebrou o bicentenário de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, já está recebendo ensaios, crônicas, resenhas, poesias e contos para o próximo número da publicação. Os textos devem ter no máximo 10 mil caracteres e podem ser enviados para o e-mail magiscultura@amagis.com.br.

QUINTO CONSTITUCIONAL

Tribunal Pleno aprova nomes da lista tríplice do Ministério Público

Adriano Boaventura



Leonardo Távora, Franklin Higino e Paulo Calmon

O Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou, no dia 2 dezembro, a lista tríplice para o provimento do cargo de desembargador destinado ao Ministério Público (MP) por meio do quinto constitucional.

Os indicados para a escolha do governador Antonio Anastasia foram o procurador de Justiça Paulo Calmon Nogueira da Gama, e os promotores Franklin Higino Caldeira Filho e Leonardo Távora Castelo Branco.

Integraram, ainda, a lista sêxtupla encaminhada ao TJMG pelo MP, que resultou na lista tríplice, os procuradores Albino Vitório Bernardo e Camila de Fátima Gomes Teixeira, e o promotor Francisco de Assis Santiago.

Instituto Mineiro
de Perícias



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

CORREGEDORIA

Código dos serviços cartoriais entra em vigor

Vagner Antônio



Juiz Gilson Soares Lemes palestra sobre as novas normas

Consolidar, sistematizar e unificar as normas dos serviços dos cartórios. Esse é objetivo da edição im-

pressa do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registro do Estado de Minas Gerais lançado pela

Corregedoria-geral de Justiça de Minas Gerais, que entra em vigor no dia 10 de dezembro.

Segundo o juiz auxiliar da corregedoria Gilson Soares Lemes, que presidiu o Grupo Especial de Trabalho

responsável pela publicação, havia inúmeros provimentos, resoluções, avisos e recomendações da Corregedoria-geral, bem como interpretações de atos normativos federais e estaduais, que por estarem avulsos dificultavam a consulta dos cidadãos.

Ainda de acordo com o magistrado, a elaboração do livro contribuiu para um aperfeiçoamento dos atos normativos, com o objetivo de agilizar, desburocratizar e dar maior segurança jurídica a todos os atos praticados no âmbito das serventias extrajudiciais.

Lançado no formato de livro, o novo código de normas está à disposição da população no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (www.tjmg.jus.br), na opção "atos normativos da corregedoria". ●

Caros(as) colegas,

Ao final deste ano, o primeiro de nossa gestão, quando homenageamos também a dedicação e atuação de todos e os avanços obtidos, desejamos aos magistrados e familiares um Natal feliz e solidário e um 2014 repleto de novas conquistas.

Herbert Carneiro
Presidente da Amagis



SUCESSÃO

Herculano assume o Governo de Minas

Adriano Boaventura



Joaquim Herculano recebe visita de magistrados no Governo de Minas

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, assumiu, no dia 20 de

novembro, o comando do Governo de Minas Gerais, em função da viagem ao exterior do titular, Antonio Anastasia, de seu

vice, Alberto Pinto Coelho, e do presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro. Terceiro na sucessão estadual, o

magistrado ficou até o dia 24 de novembro, no comando do Estado.

Já no dia 21 de novembro, um expressivo

grupo de desembargadores visitou o governador em exercício, na Cidade Administrativa, como gesto de reconhecimento ao importante momento vivenciado por ele na chefia interina do Poder Executivo.

No encontro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, por deferência do desembargador Almeida Melo, presidente em exercício do TJMG, falou em nome dos presentes e destacou o singular momento de relevante constatação do bom entrosamento e convivência harmoniosa entre os poderes constituídos do Estado. Dizendo-se intérprete dos anseios e aspirações dos juizes mineiros, Herbert Carneiro solicitou ainda, ao governador, atenção especial para a sanção de projetos de interesse da magistratura. ●

JUSTIÇA ELEITORAL

Nova diretoria do TRE-MG toma posse em fevereiro

Cláudia Ramos



Wander Marotta

Os desembargadores Wander Marotta e Geraldo Augusto de Almeida foram eleitos presidente e vice-presidente e corregedor eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), respectivamente, no dia 19 de novembro.

O desembargador Wander Marotta



Geraldo Augusto

substituirá o atual presidente, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, em fevereiro de 2014, quando completará dois anos como integrante da Corte Eleitoral.

TRAJETÓRIAS

Wander Paulo Marotta Moreira é minei-

ro de Dolores do Turvo e integrou o TRE na classe dos juizes de direito na década de 90. Além disso, é vice-presidente e corregedor do TRE-MG desde 9 de julho de 2012. Foi juiz do Tribunal de Alçada, entre 1994 e 2002, e é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado desde 2002.

Natural de Juiz de Fora, Geraldo Augusto de Almeida ingressou na magistratura em 1977 e, em 1994, foi promovido a juiz do Tribunal de Alçada. É desembargador do TJMG desde 2002, e atua como membro substituto da Corte do TRE desde 08 de março de 2012. ●

NOVO INTEGRANTE

Juiz toma posse em Câmara Criminal

Marcelo Albert



Herbert Carneiro, Almeida Melo e Amauri Pinto

O juiz Amauri Pinto Ferreira tomou posse, no dia 18 de novembro, na 4ª Câmara Criminal do TJMG, e irá substituir o desembargador Herbert Carneiro. O magistrado foi designado no dia 13 de novembro, pelos desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como juiz mais antigo.

Sua substituição cobrirá o período em que Herbert Carneiro

exerce a presidência da Amagis. A vaga foi aberta porque o juiz que substituiu o desembargador Herbert Carneiro, Edison Feital Leite, foi promovido ao cargo de desembargador.

O juiz Amauri Pinto Ferreira é magistrado há 22 anos e atuou nas comarcas de Borda da Mata, Boa Esperança, Ponte Nova e Belo Horizonte e já exerceu substituição no cargo de desembargador. ●

NOVA DIRETORIA

Eleição da AMB teve peso decisivo de Minas

Adriano Boaventura



Nelson Missias e Marcelo Piragibe com apoiadores, após o resultado

Eleita no dia 23 de novembro, com o total de 5.628 votos (59,35%), a diretoria encabeçada pelo juiz

gaúcho João Ricardo dos Santos Costa estará à frente da AMB pelo próximo triênio 2014-2016.

Em Minas Gerais, o voto presencial foi realizado na sede da Amagis, em Belo Horizonte. O resultado

confirmou o favoritismo da Chapa 1-Unidade e Valorização em Minas, onde recebeu 536 votos.

O desembargador Nelson Missias de Moraes, vice-presidente Legislativo eleito da AMB e ex-presidente da Amagis, afirmou que a futura gestão irá resgatar a Associação para os magistrados. “Vamos recolocar a AMB em sua vocação original, de ser uma casa do magistrado e em defesa de suas prerrogativas”, disse ele após a divulgação do resultado.

O juiz Marcelo Piragibe também foi eleito como diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Piragibe já foi coordenador e vice-presidente da ENM. “Estou muito entusiasmado. A Escola é histórica e uma das mais antigas do país, que tem o ministro Sálvio de Figueiredo como um de seus fundadores”, afirmou.

A posse da nova diretoria da AMB será realizada no dia 17 de dezembro. ●

LANÇAMENTO

Publicação aborda alienação parental

Divulgação



salão do Júri do Fórum de Passos, o livro “Aspectos da guarda, visita e alienação parental”.

A obra aborda temas relevantes, sempre presentes nas lides familiares, como a guarda, a visita e a alienação parental, além de expor, de maneira clara e didática, os princípios, regras e fundamentos constitucionais que regem a matéria, enriquecidos com a mais recente jurisprudência, além da pertinente legislação. Uma leitura imprescindível aos operadores

do Direito e cultores da ciência jurídica. Durante o lançamento, ocorreu uma palestra do autor seguida de debate. ●

dores do Direito e cultores da ciência jurídica. Durante o lançamento, ocorreu uma palestra do autor seguida de debate. ●

LIVRO VIRTUAL

Magistrada resgata história dos fóruns

Divulgação



A juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva iniciou, há 18 anos, um empreendimento que resultou num livro virtual de 570 páginas com o registro de todos os fóruns das comarcas mineiras, buscando contribuir com o conhecimento e enriquecer a memória do Judiciário mineiro.

Em outubro deste ano, com o apoio do chefe de Gabinete da Corregedoria, Roberto Brant Rocha, a magistrada conseguiu digitalizar o livro e publicou a edição virtual. Na obra, são apresentadas fotos das fachadas dos fóruns, endereço e a história da personalidade que dá nome ao prédio.

O livro pode ser acessado pelo endereço <http://www.forunsdeminasgerais.com.br>, e quem tiver

interesse em colaborar com informações para complementar o livro virtual, pode mandar e-mail para: contato@forunsdeminasgerais.com.br ●

HISTÓRIA

Memória do Judiciário completa 25 anos

Georgia Baçvaroff



Diversas personalidades foram homenageadas nos 25 anos da Mejud

Criada em 1988, durante a gestão do então presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, a Me-

mória do Judiciário (Mejud) completou 25 anos em solenidade de comemoração realizada no dia 11 de novembro. Diversas

personalidades foram homenageadas, entre elas o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, por ter sido servidor do TJMG.

O superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano, que foi presidente do TJ, destacou os nomes de diversos mi-

neiros ilustres que contribuíram com a história do Judiciário. “Nenhuma honra é mais insigne que ser mineiro”, disse Lúcio Urbano. De acordo com o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, é importante ressaltar lembranças, reconhecimentos e o trabalho da memória do Judiciário mineiro.

Durante a cerimônia, foi inaugurado o retrato do juiz José Júlio de Freitas Coutinho que, em 1936, quando atuava na Comarca de Bonfim (Grande BH), idealizou a entidade de classe nacional que congregava todos os juizes brasileiros e que, posteriormente, tornou-se a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). No mesmo ato, foi lançada a página eletrônica do museu virtual da Mejud, que pode ser acessada pelo endereço: www8.tjmg.jus.br/memoria2. ●

SOLIDARIEDADE

Amagis realiza Bazar de Natal

Georgia Baçvaroff



Bazar no salão de festas da Amagis

Durante três dias, de 19 a 21 de novembro, a diretoria do Nutris, com o apoio da Amagis, realizou o tradicional Bazar de Natal. Produtos como artesanatos, semijoias, bijuterias finas, perfumes e maquiagens, artigos infanto-juvenis, pijamas e camisolas, roupas importadas, obje-

tos de arte e decoração, artigos de cama, mesa e banho, aromatizantes e ambientes, entre outros, foram expostos no Salão de Festas da Associação, em Belo Horizonte, e atraiu público de todas as idades.

O objetivo foi arrecadar recursos com a destinação de parte da

renda obtida com as vendas para o projeto social. Com isso, além de antecipar as compras de natal, os visitantes contribuem para as ações sociais do Nutris, entidade mantida pela magistratura mineira e que atende a mais de 200 crianças no bairro Mariano de Abreu, região leste de Belo Horizonte. ●

NESTE NATAL,
SEJA JUSTO COM O SEU BOLSO.

CIVIC LXR 2.0
FLEX(0.1)

À VISTA

R\$ 69.648,¹⁵

- Câmbio automático • Farol de neblina
- Banco em couro • Paddle shift

Home
and Office
Delivery⁽²⁾

CORTESIA⁽³⁾
+ PROTETOR
DE CÂRTER
+ JOGO
DE TAPETES

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900

CIDADE NOVA
Cristiano Mechado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br

AUTO JAPAN

Respeite os limites de velocidade.

litre/l

(1) Valor à vista para a compra de Honda Civic LXR zero km, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. (2) Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. (3) Protetor de cârter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic LXR, para filiados Amagis. Consulte. Condições válidas de 01/12/2013 a 30/12/2013. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Veja os temas dos programas de TV da Amagis em novembro

PENSAMENTO JURÍDICO



ESTATUTO DO IDOSO

De acordo com o IBGE, nos últimos 20 anos o número de idosos no Brasil dobrou. No último mês de outubro, o Estatuto do Idoso completou 10 anos. Mas até hoje vários direitos ainda não saíram do papel. O que falta para a sua efetiva aplicação? O idoso ainda é tratado como um estorvo pela família e pela sociedade? Recebemos, para falar sobre o assunto, o juiz Michel Curi e Silva, coordenador do Centro de Apoio Jurisdicional (CAJ) do TJMG. (Foto)

FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE

Nos últimos 10 anos, houve um crescimento exponencial nas demandas da saúde no Judiciário na busca por medicamentos e tratamentos. Qual é o papel e responsabilidade do Judiciário nas políticas públicas, como o direito à saúde? Por que o Fórum foi criado: para garantir direito à saúde ou evitar abusos? O juiz Renato Luís Dresch, da 4ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de BH, foi o convidado para debater esse assunto.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pesquisa revela que a Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica, não conseguiu reduzir o número de morte de mulheres por esse tipo de agressão. Em dez anos, ocorreram mais de 50 mil. Qual a razão: alcoolismo, desemprego, cultura machista, emancipação das mulheres? Participa do programa, a superintendente da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar desembargadora Heloísa Combat.

MEDALHA GUIDO DE ANDRADE

O Pensamento Jurídico fez uma edição especial sobre a cerimônia de entrega da Medalha Guido de Andrade, que se destina a homenagear pessoas e instituições que contribuíram para fortalecer a magistratura e o Judiciário mineiro. Neste ano, os homenageados foram o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo; o ministro aposentado Eros Grau; o vice-presidente do TST, Antônio José de Barros de Levenhagen, o teólogo e escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, e o jornalista Emanuel Carneiro, diretor-presidente da Rede Itatiaia de Rádio. ●

ASSISTA

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO

Nos seus 40 anos de atuação, a Assprom (Associação Profissionalizante do Menor) formou mais de 40 mil jovens. Para falar sobre esses 40 anos de trabalho da Associação e as leis que regem a profissionalização de adolescentes no Brasil, recebemos no estúdio o desembargador aposentado e diretor da Assprom, Irmar Ferreira Campos, e o delegado Denilson dos Reis Gomes. A base legal no Brasil para a profissionalização do menor é satisfatória? (Foto)

CÓDIGO DOS CARTÓRIOS

O primeiro Código dos Cartórios de Minas foi lançado pelo TJMG, no final de outubro, nas comemorações dos 65 anos da Corregedoria do Tribunal. Para falar desse regulamento, convidamos o juiz Gilson Soares Lemes, da Corregedoria do TJMG, e o presidente da Serjus (Associação dos Serventuários de Justiça - MG) Roberto Andrade. Qual é a importância deste novo código para os cartórios e para a população? Como ele vai facilitar a vida do cidadão? Confira!

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Todas as comarcas mineiras estão preparadas para resolver a questão da judicialização da saúde? Como o juiz decide sobre fornecimento de remédios, exames e internações? Para responder essas e outras questões, recebemos no estúdio a desembargadora Vanessa Verdolim, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), e o coordenador da Defensoria Especializada em Saúde/MG, Bruno Barcala Reis.

BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

De um lado, a discussão em defesa da liberdade de expressão e, de outro, a defesa do direito à privacidade. Para debater o assunto, convidamos o juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe, da Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais de Juiz de Fora, e o jornalista e escritor Pedro Blank. A proibição dos biografados significa a volta da censura ao país? Há como defender o direito à privacidade sem ferir o direito à liberdade de expressão? ●

ASSISTA

TV Assembleia

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

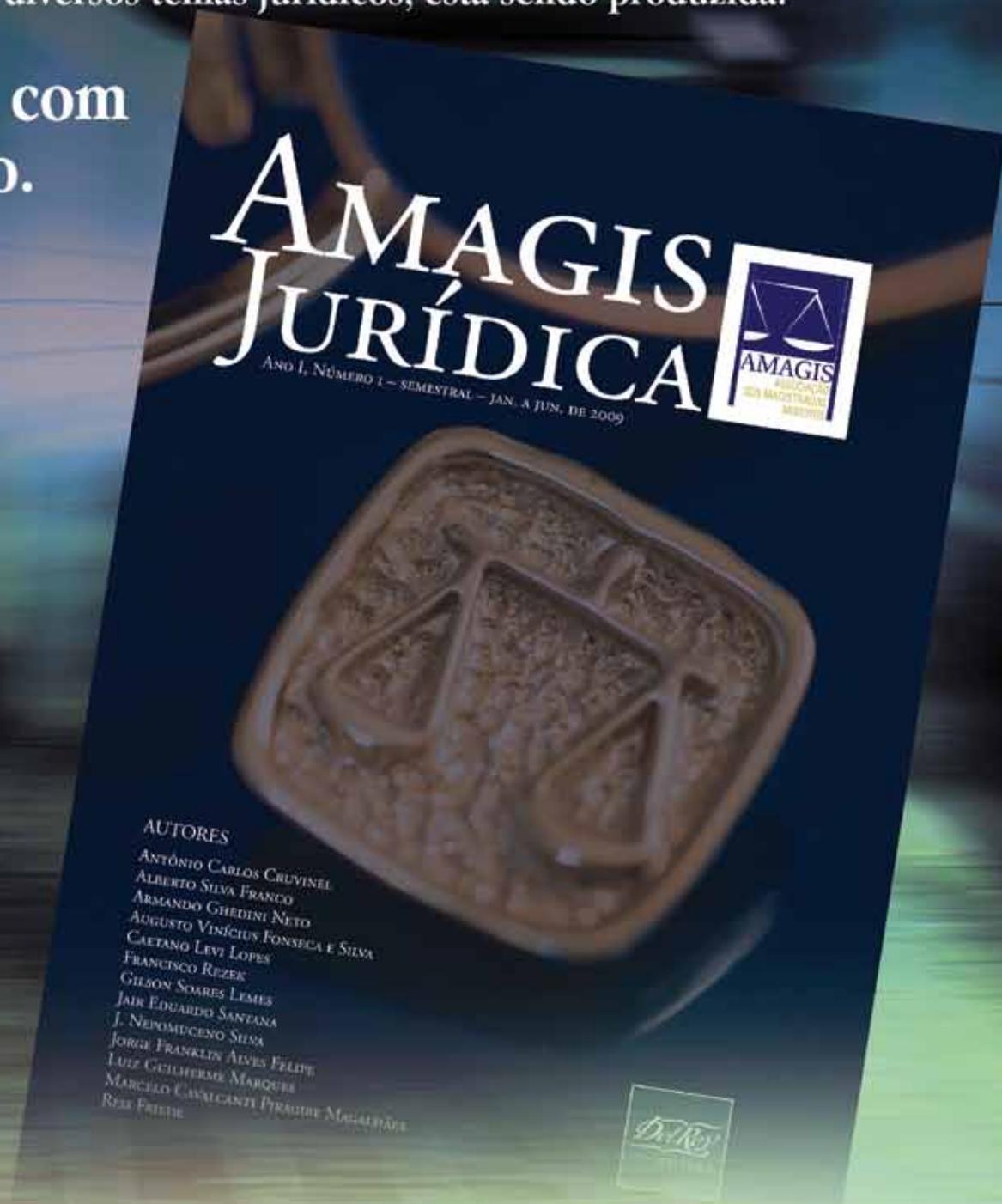
TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



AUTORES
ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL
ALBERTO SILVA FRANCO
ARMANDO GHEDINI NETO
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA
CAETANO LEVI LOPES
FRANCISCO REZEK
GILSON SOARES LEMES
JAIR EDUARDO SANTANA
J. NEPOMUCENO SILVA
JORGE FRANKLIN ALVES FELIPE
LUIZ GUILHERME MARQUES
MARCELO CAVALCANTI PRADO MACHADO
REIS FREIRE

Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

FÉRIAS

Colônias de Férias são opção de lazer e conforto

O magistrado que estiver em busca de descanso e lazer pode encontrar, nas Colônias de Férias da Amagis, opção de conforto com localização privilegiada, pois as unidades estão distribuídas nos litorais fluminense, baiano e paulista, além de oferecer atrações no Sul de Minas e próxima ao Triângulo Mineiro.

Em Cabo Frio, estão disponíveis oito apartamentos; em Ubatuba são oferecidas seis casas; em Nova Viçosa, há 22 apartamentos duplex e 12 casas; em Caldas Novas, são 14 apartamentos e, em Caxambu, mais dez apartamentos. Divididas nessas cidades, as colônias abrangem diferentes regiões do Estado,

facilitando o acesso da magistratura mineira. Como as colônias são um patrimônio da classe, as taxas de hospedagem estão abaixo das praticadas no mercado.

Para poder reservar um apartamento ou casa, o associado deve entrar em contato com o setor de Colônia de Férias da Amagis pelo telefone (31) 3079-3459 e falar com Cácia ou enviar um e-mail para cacia@amagis.com.br. Nesse departamento, o interessado terá todas as informações sobre as colônias. Nessa edição, destacamos a boa estrutura de três colônias no infográfico abaixo. ●

Arquivo da Amagis



CAXAMBU

No Sul de Minas, o município faz parte das estâncias hidromineiras do Estado. Caxambu abriga 12 fontes e possui a maior concentração de águas carbogaso-

sas do mundo, cujas fontes, entre elas a Dom Pedro, no Parque das Águas, são alguns dos atrativos da cidade.

O município fica a 361 quilômetros de Belo Horizonte. O acesso é pela BR-381

(Fernão Dias) até o trevo de Três Corações; em seguida, MG-167, passando por Campanha; continuar pela BR-267, passando por Conceição do Rio Verde e Baependi, chegando então a Caxambu.

UBATUBA

No litoral norte de São Paulo, Ubatuba possui uma natureza exuberante e oferece diferentes opções de lazer como as praias do Credo e Itamambuca, a Cachoeira da Água Branca, o Par-

que Estadual da Serra do Mar e o passeio de escuna até a Ilha do Anchieta.

A 600 quilômetros de Belo Horizonte, o viajante deve seguir pela BR-381 (Fernão Dias), entrar para Itajubá, pegar o trevo para Cachoeira de

Minas, continuar até Santo Antônio dos Pinhais, pegar o trevo de Campos do Jordão para Caçapava. Atravessar a Via Dutra (BR-116), sentido Rio de Janeiro, segunda entrada à direita, continuar pela estrada até Ubatuba.

Adriano Boaventura



CALDAS NOVAS

Em Goiás, a cidade é conhecida pelas suas águas quentes e oferece várias atrações como clubes com piscinas dos mais vários tipos e restaurantes. Entre as opções, estão o Di Roma Acqua Park, com o rio

lento e saunas para relaxar, e o anexo Splash, com um "vulcão" de ondas. Também é possível visitar o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, saborear peixes e doces caseiros.

Caldas Novas fica a 680 quilômetros de Belo Horizonte, e o

acesso é pela BR-381, até Betim, entrando na BR-262 até Araxá. Em seguida, acessar a BR-452 até Uberlândia e entrar na BR-050 até Araguari. Acessar a BR-413, passando por Corumbalha até o destino final. A cidade possui aeroporto.

Arquivo da Amagis



OBSERVAÇÕES:

- Os associados deverão inscrever-se para uma única colônia (limite de uma unidade por associado);
- No caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento;
- Após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada.

(Desembargador João Quintino Silva)



DOIS MOMENTOS

A emoção é como nimbo pendurado no céu da sensibilidade.
Às vezes, despenca em chuva de versos.

GOTAS DE TEMPO

Caem gotas de tempo
No efêmero do meu corpo,
Fazendo poças de eternidade
No chão.

O tempo é uma espiga:
— Debulhe-se nas horas.

Meus dias são
Fração do infinito...

Tarde bela, de sol claro
E de céu policromado!

Bebo a graça do tempo
— Que é bom vinho,
E me alimento de verde e sol.

NO ÁLBUM DE DONA GERALDA

Neste álbum-lembrança,
Afeto descansa
De amigos, de irmão.
Também a verdade
Da minha amizade
Tem cá expressão.

E quando me ponha
A morte medonha
Seus dedos perversos,
Se veja ao poeta
A alma completa
Na luz dos seus versos.

E se outra nobreza
A astral natureza
Negou-lhe ofertar,
Ao menos se creia,
Teve alma bem cheia
E soube estimar!

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!



Há mais de 50 anos, a AMAGIS
trabalha na defesa dos direitos
dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder
Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços,
benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira
com um espaço próprio na internet!



Fernanda Marques



JUIZ RENATO LUÍS DRESCH

As demandas judiciais relacionadas à saúde vêm crescendo muito nos últimos anos. Só em 2010, cerca de 240.980 processos tramitaram no Poder Judiciário, em todo o país, nos quais se requeria a efetivação do direito à saúde, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse mesmo ano, o CNJ criou o Fórum Nacional do Judiciário para Saúde, que conta com a participação de especialistas de diversas áreas de várias regiões do país. O juiz Renato Luís Dresch, da 4ª vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, faz parte do Comitê Executivo Nacional do Fórum. Em entrevista ao Jornal DECISÃO, Dresch comenta questão da judicialização da saúde e o que vem sendo feito para minorar o problema.

Qual o objetivo do Fórum Nacional do Judiciário para Saúde?

Esse fórum foi criado em 2010, a partir de uma audiência pública realizada pelo STF, em 2009, para discutir a questão das demandas sobre saúde, pois as dúvidas eram muitas sobre o funcionamento do sistema de saúde brasileiro. O objetivo é discutir as principais demandas, fazer proposições e o que se poderia fazer para reduzir a judicialização.

Por que o senhor foi escolhido para integrar o Fórum?

Eu comecei a fazer encontros para tratar do tema, em Belo Horizonte, desde 2008, por isso a Corregedoria me indicou para participar da audiência pública no STF. A partir disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) me indicou para fazer parte do Fórum Nacional, coordenando o comitê de Minas Gerais, e, posteriormente, para compor o Comitê Nacional, que é formado por dez pessoas e mais três conselheiros do CNJ.

Qual era o principal problema com relação à judicialização da saúde?

O problema mais sério era a falta de interlocução que não existia entre o Judiciário e os gestores da saúde. Hoje, isso já foi mudado e há uma comunicação da Justiça com os gestores. Criamos alguns instrumentos para identificar os problemas e melhorar tecnicamente. O magistrado não tem formação específica na área da saúde. Mas, em Minas Gerais, hoje, temos um núcleo que nos presta informações técnicas sobre saúde. Quando surge uma demanda sobre medicamentos, por exemplo, o magistrado, por meio eletrônico, solicita e recebe uma nota técnica, num prazo máximo de 24 ou 48 horas.

O atendimento à saúde é um direito constitucional. Como resolver o impasse quando o cidadão não é atendido?

Existem várias deficiências no

atendimento à saúde, mas quando o magistrado decide, ele não interfere na saúde pública. Ele apenas atende a uma demanda de um direito social fundamental, que é o da saúde, que não está sendo cumprido. Quando o Judiciário é chamado, ele não pode se furtar. Muitas vezes se diz que há um ativismo judicial que está interferindo nas políticas públicas. Mas, quando o Judiciário interfere, é porque as políticas públicas estão deficientes. Nós interpretamos com base na Constituição Federal.

O fenômeno da judicialização da saúde é bom ou ruim?

É bom. Não deveria existir, mas está sendo bom, pois várias políticas públicas foram incluídas em função do Poder Judiciário. O cidadão necessitado reclamava à Justiça, demonstrando que havia deficiência naquele atendimento à saúde e, com base nas decisões reiteradas do Judiciário, novas

políticas passaram a ser incluídas.

O Fórum também alcança a saúde suplementar?

Exatamente. Inicialmente, o Fórum foi implementado para tratar da saúde pública. Mas, a partir de 2011, ele passou a integrar também as questões da saúde suplementar para que fossem discutidos os problemas relacionados aos planos de saúde.

Existem membros do Poder Executivo, gestores da saúde pública nesse Fórum?

Sim. Tanto os comitês estaduais quanto o Fórum Nacional têm a participação do Poder Judiciário, do Ministério Público, OAB, Universidade Federais, Procuradorias dos Estados, Defensorias Públicas, União, Estados e Municípios, Conselhos de Medicina, entre outros. A importância das discussões é que elas levam a um foco único: queremos melhorar a saúde pública no Brasil. ●

“

O problema mais sério era a falta de interlocução que não existia entre o Judiciário e os gestores da saúde

Existem várias deficiências no atendimento à saúde, mas quando o magistrado decide, ele não interfere na saúde pública. Ele apenas atende a uma demanda de um direito social fundamental

Quando surge uma demanda sobre medicamentos, por exemplo, o magistrado, por meio eletrônico, solicita e recebe uma nota técnica, num prazo máximo de 24 ou 48 horas.

”

INVESTIMENTO

Tesouro Direto permite aplicações de baixo valor

No momento de investir, as opções são tantas e tão variadas que pode ser difícil decidir onde aplicar o dinheiro. Entre as opções mais preferidas pelas pessoas físicas, está o Tesouro Direto, uma forma de investimento relativamente descomplicada e segura.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para que as pessoas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só tem que pagar uma taxa à corretora responsável pela custódia dos títulos.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o total de papéis vendidos por meio do Programa Tesouro Direto somou R\$ 273,37 milhões no mês de agosto deste ano. Os títulos mais comprados foram os corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial. Esses papéis concentraram 44,5%

das vendas em agosto. Em segundo lugar, vieram os papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente), que responderam por 39,7% das vendas. Em terceiro, ficaram os títulos vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia), com participação de 15,7%.

SAIBA COMO APLICAR NO TESOURO DIRETO

Os investimentos podem ser feitos a partir de R\$30,00. O primeiro passo é fazer o cadastro no site www.tesouro.fazenda.gov.br e se cadastrar também em alguma instituição financeira (chamadas de Agentes de Custódia), habilitadas no Tesouro Direto (a lista está disponível no site).

O cadastramento do investidor junto a uma Instituição Financeira é necessário por ser ela a responsável pelos dados cadastrais junto à BM&FBOVESPA, respos-

se de recursos financeiros referentes aos eventos de custódia (pagamento de juros e resgates) e de venda antecipada, ao investidor, e recolhimento de tributos (Imposto de Renda e IOF).

Após realizar o cadastro no Tesouro Direto, você pode optar por adquirir títulos públicos a qualquer momento (investimento tradicional) ou agendar com antecedência e regularidade suas aplicações (investimento programado).

Os custos dos investimentos se resumem aos impostos sobre os rendimentos e às taxas cobradas por sua instituição financeira e pela BM&FBOVESPA, referentes aos serviços prestados.

No site do Tesouro Direto, é possível fazer uma teste para descobrir seu perfil de investidor e um curso virtual para se aprofundar nesse tipo de aplicação financeira. ●

**Com informações da Agência Brasil*

*Guardamos os
melhores
votos para você!*

*Feliz
vida
nova
em 2014!*

moise360



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

TEMPORADA

Filarmônica de MG abre assinaturas para 2014

Eugênio Sávio



Nova temporada terá 24 concertos ao longo do ano

A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais abriu o período de venda de seu programa de assinaturas para o ano de 2014, que vai até o dia 31 de janeiro do ano que vem ou enquanto houver assentos disponíveis. A assinatura garante, ao apreciador da música clássica, assento em todas as apresentações regulares da Filarmônica, cuja temporada de 2014 contará

com 24 concertos, com a participação de solistas e regentes nacionais e internacionais e celebrações dos 100 anos de Guerra-Peixe e dos 150 anos de Richard Strauss e de Alberto Nepomuceno. Dentre os convidados programados para se apresentar no próximo ano, estão os solistas Nelson Freire, Arnaldo Cohen, Augustin Hadelich, Vadim Gluzman, Adriane Queiroz e Stephen Hough e os regentes Kazuyoshi Akiyama e Jo Ann Falletta.

ASSINATURAS

É possível escolher entre três modalidades de assinatu-

ras: Vivace, Allegro e Prestissimo. Os assinantes da modalidade Vivace podem assistir aos 12 concertos realizados ao longo do ano, sempre às terças-feiras. Quem assina a série Allegro pode apreciar os 12 concertos realizados sempre às quintas-feiras. Já a assinatura da modalidade Prestissimo, garante assento em todos os 24 concertos que serão realizados em 2014.

A assinatura pode ser feita pela internet, no site filarmonica.art.br ou no estande de vendas da Filarmônica, na entrada do Palácio das Artes, em Belo Hori-

zonte (de segunda a sábado, das 15h às 21h, exceto feriados e recesso de fim de ano). Outras informa-

ções podem ser obtidas pelo telefone (31) 3219-9009 ou pelo e-mail assinatura@filarmonica.art.br.

SAIBA A DIFERENÇA ENTRE SINFÔNICA E FILARMÔNICA

A diferença entre uma orquestra sinfônica e uma filarmônica não reside no repertório apresentado, na quantidade de músicos ou nos instrumentos utilizados. O que as diferencia é a natureza de suas estruturas de suporte administrativo. A denominação filarmônica poderia ser grosseiramente traduzida por 'amantes da harmonia' e diz respeito a sociedades musicais mantidas por admiradores que subsidiam conjuntos orquestrais. A indicação sinfônica refere-se ao repertório abordado, de sinfonias, mas finda por representar os demais grupos, mantidos por governos ou grandes corporações. Nos dias de hoje, há poucas orquestras verdadeiramente filarmônicas, mas devido à tradição seus nomes de origem ainda são mantidos. *Fonte: Osesp*





TRANQUILIDADE

Investimento hoje para a tranquilidade de amanhã

Planeje sua vida:
faça JUSPREV.

O que é a Jusprev?

JUSPREV é uma previdência associativa, sem fins lucrativos, criada por 48 associações de carreiras jurídicas que, juntas, contam hoje com quase 100 mil associados. Oferece aos seus associados plano de benefícios previdenciários (renda de aposentadoria por tempo de contribuição, idade, invalidez, morte e renda educacional) mais vantajosos que os oferecidos no mercado por bancos e seguradoras.

Vantagens

- a) menor custo;
- b) maior transparência na gestão;
- c) saldos mais altos ao fim do período de contribuição;
- d) critérios mais favoráveis na concessão do benefício aos participantes;
- e) controle rigoroso da gestão dos investimentos;
- f) dedutível do cálculo do imposto de renda até 12% da renda bruta anual;
- g) os familiares do magistrado também podem aderir a Jusprev;
- h) é possível a portabilidade, admitindo a transferência de investimentos que foram contratados junto a outros bancos.

Participe!

Entre em contato
pelos telefones
31 3079-3496 e
31 3079-3497

Ou saiba mais
pelo site
www.jusprev.com.br

PRÓSTATA

Prevenção é fundamental contra o câncer



A Amagis Saúde aderiu à campanha Novembro Azul, que alerta para a importância da prevenção ao câncer de próstata. A doença demora a se manifestar, por isso é fundamental a realização de exames preventivos com um urologista.

O câncer de próstata é mais incidente que o de mama, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), que, em sua estimativa 2012/2013, apontou 60.180 novos casos de câncer de próstata e 52.680 de mama.

O objetivo da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) e o Instituto Lado a Lado, que promovem a campanha, é combater o preconceito e a falta de informações sobre o câncer de próstata, o que, segundo a SBU, são os principais entraves para que os homens realizem os exames.

De acordo com o presidente da SBU, Aguinaldo Nardi, cerca de 30% dos pacientes do SUS são diagnosticados com câncer de próstata já avançado. Se forem descobertos no início, 90% dos casos são curáveis.

EXAMES

Em sua fase inicial não há sintomas, por isso, a ida anual ao urologista é essencial para o acompanhamento da glândula. Este ano, 2013, a SBU inicia uma nova recomendação, baseada nos trabalhos científicos publicados nos últimos anos: o exame de toque retal deve ser feito a partir dos 50 anos para homens sem casos na família e aos 45 anos para homens com casos na família e negros. ●

*Com informações da SBU

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Fonoaudiologia	Fonoart	Rua Domingos Vieira, nº 587 Sala 804 - Santa Efigênia	(31) 3241-4104
	Psicologia	Singulis	Rua Mar de Espanha, nº 400 Apto 01 - Santo Antônio	(31) 3785-2488
	Ultrassonografia	Sigma ultrassom	Rua Espírito Santo, nº 1739 - Lourdes	(31) 3213-7087
Divinópolis	Oncologia	Dom Clínica de Oncologia	Avenida Antônio Olímpio de Moraes, nº 1990 - Santa Clara	(37) 3212-7686
Janaúba	Patologia Clínica	Nort Lab de Janaúba	Rua São João da Ponte, nº 476 A - Centro	(38) 3821-3005
	Clínica Médica, Cirurgia Geral e Endoscopia	Centro Médico Dr. Giovanni Fonseca	Rua São João da Ponte, nº 417 - Centro	(38) 3821-1350
Montes Claros	Fonoaudiologia	Fonomed	Rua Raio Christoff, nº 70, sala 101 - Centro	(38) 3224-5233 (38) 3221-7548
Poços de Caldas	Fisioterapia	Clínica de Fisioterapia São Bento	Rua Piauí, nº 591 - Centro	(35) 3721-2623
	Patologia Clínica	Laboratório Médico Dra Tania	Rua Paraíba, 105 - Centro	(35) 3722-1745
	Litotripsia Extra Corpórea	Litolaser	Rua Minas Gerais, 280 Sala 106 - Centro	(35) 3722-2046
São Lourenço	Cardiologia e Clínica Médica	Cardiocare	Rua Rui Barbosa, nº 59 - Carioca	(35) 3331-7656

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noel Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

RECEITAS E ATESTADOS

Pedido indiscriminado pode afetar a saúde

A velha prática de pedir uma receita para a compra de um medicamento sem precisar comparecer a uma consulta é uma economia de tempo que pode causar prejuízos para a saúde. A receita é parte integrante da consulta médica e representa a orientação dada ao paciente.

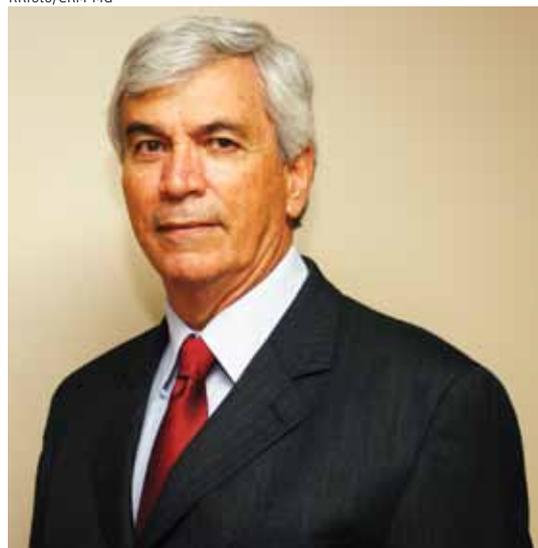
No entanto, existe uma cultura popular de pacientes que, em vez de marcar consulta, telefonam para o consultório no intuito de conseguir a receita. Além de ser perigoso para a saúde, esse tipo de procedimento pode gerar punições para o médico, uma vez que é vedado a ele expedir documento como a receita sem ter praticado ato profissional que o

justifique. É o que explica o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, Itagiba de Castro Filho.

De acordo com ele, o exame clínico é fundamental, uma vez que a condição clínica do paciente é dinâmica. “O que pode ser uma orientação adequada hoje, pode não sê-lo amanhã”, disse. A receita é uma recomendação universal, mas a obrigatoriedade absoluta existe para certos grupos de substâncias, como antibióticos, entorpecentes, antirretrovirais, entre outras. Isso torna ainda mais importante a ida regular ao médico, mesmo quando se trata de remédios de uso contínuo do paciente.

A dor de cabeça é um exemplo. O uso do analgésico tem-se tornado frequente entre a população, que, para tentar minimizar o incômodo da dor – um dos males mais comuns entre os brasileiros – faz uso do medicamento em vez de procurar um médico e descobrir o histórico e/ou a raiz do problema. De acordo com Itagiba Castro, a dor é uma manifestação muito frequente e tem causas variadas. “Certas dores são sempre preocupantes, como a dor no peito em adultos. A dor de cabeça, embora das mais frequentes, pode ter origem em doenças neurológicas graves, como tumores cerebrais”, afirmou.

RRfoto/CRM-MG



Itagiba de Castro, presidente do CRM-MG

PUNIÇÕES

Além de causar riscos à saúde, o não cumprimento das regras previstas no código de ética médica pode gerar punições para os médicos que, quando infringem as regras, estão sujeitos às penalida-

des previstas na Lei 3.268/57, que vão desde advertência até a cassação do registro no Conselho Regional.

O mesmo alerta vale para o atestado médico, que, assim como a receita, é parte integrante da consulta. ●



Dicas do Saúde

Amagis Saúde manterá plantão de fim de ano

Tranquilidade para os magistrados e seus familiares. Esse é o desejo do Amagis Saúde para todos os associados, que, pensando no seu conforto, decidiu ampliar o plantão de fim de ano.

No Natal, dias 24 e 25, e no Réveillon, dias 31 e 1º, haverá plantão na sede da Amagis, de 7h às 19h, e depois desse período, pelo número (31) 9977-2860, para atender aos casos de urgência. Durante o recesso, o plantão nos finais de semana será feito na Central de Atendimento do Amagis Saúde pelos telefones (31) 3079-3478 e 3079-3479, no horário comercial e depois, pelo celular.

Importante: Devido às limitações de recursos disponibilizados no plantão telefônico, criado para a urgência, é importante não deixar para última hora a solicitação de autorização de procedimentos já programados. ●